

DO VALONGO AO PORTO DE MAGÉ: MEMÓRIA, SILENCIAMENTO E PRÁTICAS DISCURSIVAS NO RIO DE JANEIRO

FROM VALONGO TO THE PORT OF MAGÉ:
MEMORY, SILENCING AND DISCURSIVE PRACTICES
IN RIO DE JANEIRO

Rodrigo Pereira da Silva ROSA¹

RESUMO

Este artigo analisa como o fechamento dos portos oficiais de tráfico negreiro, como o Cais do Valongo, não significou o fim da escravidão, mas sim seu deslocamento para zonas clandestinas como o Porto de Magé, na Baixada Fluminense. A figura de Maria Conga, símbolo de resistência espiritual e cultural, emerge como ponto central na reativação da memória negra da Baixada Fluminense, uma região marcada por exclusão social, invisibilidade e discursos racializados. Com base na Análise de Discurso materialista, propomos uma cartografia discursiva do urbano, evidenciando a cidade como território simbólico em disputa, onde sentidos de pertencimento, identidade e memória são atravessados por apagamentos e resistências. Este artigo denuncia o uso da clandestinidade como estratégia discursiva de apagamento da história negra e aponta o quilombo Maria Conga como forma de contra-memória e reinscrição simbólica. A crítica recai também sobre a mobilidade urbana como prática discursiva que atualiza o isolamento histórico dos corpos negros, relacionando a precariedade dos transportes públicos a um prolongamento simbólico do cativeiro. A proposta do texto é escutar o que foi silenciado, reconhecendo a luta dos sujeitos racializados por espaço, voz e memória na construção de uma outra cidade.

¹ Doutor em Linguística pela Universidade do Rio de Janeiro. Pesquisador do Laboratório de Estudos do Discurso, Imagem e Som (Labedis, Museu Nacional, Universidade do Rio de Janeiro). *E-mail:* rodrigopereirrasr@gmail.com.

PALAVRAS-CHAVE

Análise de Discurso; Cartografia discursiva do urbano; Memória; Maria Conga.

ABSTRACT

The article analyzes how the closure of the official slave trade ports, such as Cais do Valongo, did not mean the end of slavery, but rather its displacement to clandestine areas such as the Port of Magé. The figure of Maria Conga, a symbol of spiritual and cultural resistance, emerges as a central point in the reactivation of black memory in the Baixada Fluminense, a region marked by social exclusion, invisibility and racialized discourses. Based on materialist Discourse Analysis, we propose a discursive cartography of the urban, highlighting the city as a symbolic territory in dispute, where meanings of belonging, identity and memory are crossed by erasures and resistance. This article denounces the use of clandestinity as a discursive strategy for erasing black history and points to the Maria Conga quilombo as a form of counter-memory and symbolic re-inscription. Criticism also falls on urban mobility as a discursive practice that updates the historical isolation of black bodies, relating the precariousness of public transport to a symbolic extension of captivity. The purpose of the text is to listen to what has been silenced, recognizing the struggle of racialized subjects for space, voice and memory in the construction of another city.

KEYWORDS

Discourse Analysis; Discursive cartography of the urban; Memory; Maria Conga.

INTRODUÇÃO

O território fluminense abriga marcas profundas do processo escravocrata e de seus desdobramentos históricos, ainda hoje perceptíveis nas formas de exclusão social, marginalização territorial e apagamentos de memória que atravessam regiões como a Baixada Fluminense. A história oficial, ancorada por uma racionalidade hegemônica, tende a concentrar as narrativas sobre a escravidão no eixo central da cidade do Rio de Janeiro, especialmente no Cais do Valongo, ignorando a complexa rede de portos clandestinos que continuaram operando mesmo após os decretos que proibiram o tráfico negreiro. Entre esses portos, destaca-se o de Magé, na Baixada Fluminense (região metropolitana do estado do Rio de Janeiro), espaço que serviu ao desembarque de africanos escravizados mesmo após a interdição oficial do tráfico e onde a figura de Maria Conga emerge como símbolo de resistência espiritual, cultural e territorial.

Analisar a cidade discursivamente é entender que ela não é apenas paisagem: é superfície de inscrição simbólica e ideológica. Rosa (2024, p. 40-41), afirma que

Pensar a cidade e seus atravessamentos implica em trabalhar a polissemia e a questão de como significa a cidade e os sujeitos que buscam habitar a cidade. Pela ótica discursiva, urbano e cidade se sobrepõe, de tal modo que o “discurso do urbano silencia o real da cidade (e o social que a acompanha)” (Orlandi, 2001, p. 13). Assim, desse silenciamento resulta “uma deriva ideológica que homogeneíza o modo de significar a cidade” (Orlandi, 2001, p. 14) pela tensão entre o uso indiferente do “discurso ordinário e o discurso administrativo, do Estado, que toma as formas do jurídico e do político indiscriminadamente”. (Orlandi, 2001)

É nesse sentido que a Análise de Discurso materialista (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2001) comprehende que a cidade não tem um sentido único e o urbano é compreendido como um espaço discursivo, tensionado por diferentes formações ideológicas que disputam os sentidos do lugar, da memória e da identidade. A cartografia discursiva do urbano, desenvolvida por Rosa (2024), permite mapear essas inscrições e seus deslocamentos, comprehendendo o funcionamento da linguagem na produção dos efeitos de sentido que sustentam os modos de exclusão, apagamento ou resistência.

Neste trabalho, propomos analisar como o fechamento dos portos oficiais, como o Cais do Valongo, não significou o fim do tráfico, mas seu deslocamento para zonas clandestinas – geográficas e discursivas – como o porto de Magé. Ali, desembarcou Maria Conga, figura hoje consagrada como liderança espiritual e matriz simbólica do quilombo que leva seu nome. Sua memória, no entanto, foi silenciada por décadas, assim como a história da presença negra na Baixada Fluminense. Nossa hipótese é que

tal silenciamento não se deu apenas por ausência de políticas públicas ou negligência histórica, mas por um funcionamento discursivo racializado que opera sobre esses corpos e territórios.

Como afirma Modesto (2018, 2020), os discursos racializados são aqueles que tematizam a questão racial, reproduzem e sustentam as hierarquias construídas historicamente a partir da racialização dos sujeitos. Pensar em discursos sobre a memória da negritude com as condições de produção da formação social negra brasileira é entender

se é possível pensar os efeitos da colonização patriarcal, capitalista e racista nas condições de produção dos discursos [...] os discursos constituídos e formulados nas condições de produção da formação social brasileira ressoam contundentemente questões de raça, classe e gênero, ainda que não produzam ou façam circular imagens de raça, classe e gênero (ou seja, ainda que não sejam discursos de ou sobre). Nesse sentido, se aqui, por um lado, aponto para os efeitos da racialização dos discursos para além da produção e circulação dos discursos que tematizam raça, por outro lado, reforço a necessidade de um compromisso antirracista na mobilização do dispositivo de análise discursiva, conforme alerta Cestari (2017). (Modesto, 2021, p. 2)

Esses discursos participam da constituição de uma cidade excludente, que marca determinados territórios como “periféricos” ou “violentos”, e certos corpos como “indesejáveis”, negando-lhes visibilidade, mobilidade e pertencimento simbólico. A Baixada Fluminense — região periférica do estado do Rio de Janeiro e onde se localiza o Porto de Magé — nesse sentido, não é apenas um “lugar distante”: é uma construção discursiva racializada, que reinscreve, sob novas formas, a lógica do cativeiro, do deslocamento forçado e da invisibilidade.

A escuta racializada proposta por Modesto implica, portanto, desnaturalizar essas formações discursivas e visibilizar os gestos de resistência que emergem nos interstícios da cidade. A figura de Maria Conga, a mobilização das comunidades quilombolas, a disputa pela memória dos portos clandestinos, a circulação desigual nos sistemas de transporte — tudo isso constitui materialidades discursivas que denunciam a persistência de sentidos coloniais e, ao mesmo tempo, afirmam outras possibilidades de pertencimento e existência.

Este artigo se inscreve nesse gesto de escuta. Articula o fechamento dos portos oficiais à manutenção de práticas escravistas; a presença de Maria Conga à resistência discursiva; a exclusão territorial à produção de sentidos racializados; e propõe, por meio da Análise de Discurso, uma cartografia do urbano que evidencie as marcas da escravidão e seus deslocamentos no presente. Ao escutar as vozes que a história tentou calar, este trabalho afirma que *uma outra cidade é possível*: uma cidade discursivamente reconfigurada pela memória, pela luta e pela linguagem.

MEMÓRIA DISCURSIVA DA ESCRAVIDÃO E APAGAMENTOS INSTITUCIONAIS

A história da escravidão no Brasil — e, mais especificamente, no estado do Rio de Janeiro — não é apenas um registro de violência material, mas também um campo de disputas simbólicas. Os sentidos atribuídos à presença negra na cidade, os locais de desembarque e circulação de africanos escravizados, as formas de resistência e a própria noção de liberdade são atravessados por apagamentos sistemáticos, silenciamentos e operações de

invisibilização que ultrapassam o domínio historiográfico e se inscrevem nas práticas discursivas contemporâneas.

O Cais do Valongo, situado na zona portuária do Rio de Janeiro, é reconhecido hoje como Patrimônio da Humanidade e símbolo da memória da diáspora africana. Entretanto, sua função como principal ponto de entrada de negros escravizados foi silenciada durante décadas². Com a assinatura da 1^a lei³ que proibia o tráfico de escravizados, o Cais do Valongo foi desativado e sucessivas tentativas de apagamento da memória negra foram instituídas no local. Em 1843, o local foi aterrado pela 1^a vez, por ocasião da chegada da imperatriz Teresa Cristina ao Brasil e passa a se chamar Cais da Imperatriz. A partir de 1904, no governo do Prefeito Pereira Passos, o Cais da Imperatriz foi aterrado e virou uma praça, a Praça Jornal do Comércio.

A prática de, literalmente, enterrar os locais de memória da escravidão, foi adotada pelo Estado brasileiro, na tentativa de apagar esse que foi um dos maiores crimes contra a humanidade. No entanto, esse aterramento deixa um vestígio nobre: o Cais foi encoberto, mas na praça foi erigido um chafariz – construído com as mesmas lajotas que tinham cimentado o caminho por onde passou a Imperatriz - em homenagem a Teresa Cristina,

² Criado por volta de 1770, no intuito de transferir o desembarque e comércio de escravizados da Rua Direita – atual Rua Primeiro de Março – por incômodo da elite portuguesa, o Cais do Valongo, a partir de 1811 foi “modernizado” e institucionalizado como o local oficial de recebimento e comércio de negros retirados à força do continente africano.

³ Lei de 7 de novembro de 1831, que declara livres todos os escravos vindos de fora do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Esta lei ainda dava margem para a prática escravagista, apesar da proibição do tráfico, tanto que foi atualizada pela n.º 581, de 4 de setembro de 1850, também conhecida como Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico de africanos no Brasil. Esta lei teve como principal objetivo a repressão do tráfico de escravos, ou seja, a importação de africanos para o país como escravos.

deixando um lastro de lembrança do momento em que a Imperatriz embarcara no mesmo cais de seus “escravos”.

Nesse jogo de práticas discursivas⁴, se inscreve a tensão entre o esquecimento voluntário (Robin, 2016) – apagar o crime da escravidão – e o gesto de manter a memória da chegada da Imperatriz. Gestos em prol da manutenção do colonialismo. Com a nova urbanização – o verde da grama, a cor dos prédios no entorno e a cor do chafariz – remetem ao que Robin (2016, p. 81) vai denominar de “a cor do esquecimento”, a cor do político, pensado em Pêcheux (1990) como o “encontro de uma memória com uma atualidade” do colonialismo.

Esses dois fatos – o encobrimento do local do desterro e a lembrança da presença da Imperatriz – nos faz, também, recorrer a Paul Ricoeur. Com a narrativa de ato heroico, reconhecemos que isso nada mais é que a herança da violência fundadora do colonialismo:

O que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores são essencialmente atos violentos legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para os outros. À celebração, de um lado, corresponde à execração do outro. É assim que se armazena, nos arquivos de memória coletiva, feridos reais e simbólicas. (Ricoeur, 2007, p. 95)

⁴ A prática discursiva, segundo Michel Foucault ([1969] 2012), é aquilo que organiza os elementos que podem ser ditos numa explicação. É aquilo que organiza os signos que são considerados razoáveis para serem falados a respeito de qualquer objeto. É aquilo que permite que um objeto seja um objeto.

A redescoberta do Cais no século XXI e posterior patrimonialização, através da instituição do Porto Maravilha⁵, se deram muito mais por pressões de movimentos sociais e da pesquisa acadêmica do que por iniciativa do Estado. Mesmo após a proibição oficial do tráfico de escravizados em 1831, a prática persistiu por meio de redes clandestinas. Foi nesse contexto que o porto de Magé, às margens do fundo da Baía de Guanabara, ganhou destaque como um dos locais que continuaram recebendo africanos de maneira ilegal.

Esse deslocamento do tráfico — do centro para as margens — não é apenas geográfico. É um deslocamento discursivo que constitui o que Robin (2016) chama de *memória ferida*: uma memória que não se deixa organizar pelas narrativas oficiais, que escapa aos arquivos institucionais e que resiste à domesticação dos sentidos. Trata-se de uma memória marcada pela dor, pela ausência de reconhecimento, mas também pela persistência e insubmissão. A memória ferida contrapõe-se a memória saturada que, segundo a autora, é a memória que — longe de ser um vazio ou um apagamento — está repleta, inflacionada por lembranças, monumentos, comemorações, museus, monumentos, datas comemorativas e atos heroicos de uma narrativa hegemônica (aquele dominada e praticada pelo Estado). A operação do porto de Magé, fora dos registros oficiais, inscreve-se nesse campo da memória

⁵ O Porto Maravilha é um projeto criado em 2009, pela Prefeitura da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sob a gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2012), para a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da Região Portuária. Como objetivo dessa restruturação estava prevista a melhoria das condições habitacionais e a atração de novos moradores para a área de 5 milhões de metros quadrados (m²), além da chegada empresas e o estímulo da economia para a região que abrange os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão. Atualmente, o Porto Maravilha não está concluído em sua totalidade, porém um grupo de trabalho para cuidar do Circuito Herança Africana após a descoberta do Cais do Valongo e alguns espaços citados nesta tese já estão em funcionamento. Fonte: <https://www.cccpar.rio/projeto/porto-maravilha/>.

não reconhecida, cujo efeito é a constituição de um “arquivo interditado” – invisível nos discursos oficiais, mas presente nas práticas de resistência e nas narrativas locais.

A figura de Maria Conga, nesse sentido, carrega essa memória ferida. Trazida da África e desembarcada clandestinamente em Magé, ela se torna símbolo de resistência quilombola, espiritualidade afro-brasileira e liderança feminina. Contudo, a sua história foi por muito tempo silenciada – tanto nos currículos escolares quanto nos monumentos urbanos – como parte de um processo mais amplo de negação da agência dos sujeitos negros no Brasil. A atuação contemporânea da comunidade quilombola Maria Conga e de lideranças como Ivone Bernardo mostra como a memória, mesmo ferida, pode ser mobilizada como forma de luta e de (re)significação.

A Análise de Discurso materialista permite compreender esses apagamentos não como meros esquecimentos ou lacunas documentais, mas como efeitos ideológicos. A ausência da memória da escravidão em locais como Magé revela a presença de uma formação discursiva que privilegia uma narrativa nacional conciliatória, que evita a confrontação com o passado colonial e que desterritorializa os sentidos da resistência negra. O gesto de patrimonializar o Valongo, sem visibilizar a rede de portos clandestinos e a persistência do tráfico após sua proibição, é também uma operação de regulação dos sentidos – um gesto de silenciamento travestido de reconhecimento.

Nesse contexto, o discurso sobre a Baixada Fluminense como região “periférica”, “violenta” ou “sem história” se conecta a esses apagamentos. A própria mobilidade urbana – ou a falta dela – funciona como prática

discursiva que atualiza a lógica do isolamento e da distância imposta à população negra desde os tempos do cativeiro. Como nos mostra Robin (2016), a memória ferida não desaparece: ela persiste nos subterrâneos da cidade, nos corpos, nos rituais, nas ausências gritantes. Fazer sua escuta é, também, um gesto político de reinscrição dos sentidos e de combate às práticas discursivas que sustentam a exclusão.

A CARTOGRAFIA DISCURSIVA DO URBANO: O RIO COMO TERRITÓRIO DE EXCLUSÕES

A cidade é um espaço que fala. Mais do que cenário, ela é lugar de inscrição simbólica, constituída por dizeres e silêncios, por visibilidades e ausências, por disputas sobre o que pode ou não ser lembrado. Quando a Análise de Discurso materialista se aproxima da cidade, ela o faz não como objeto empírico neutro, mas como território discursivo, atravessado por formações ideológicas que produzem sentidos sobre quem pertence, quem é visto e quem é excluído.

A noção de **cartografia discursiva do urbano**, desenvolvida por Rosa (2024), propõe mapear os efeitos de sentido inscritos nas práticas espaciais, políticas, arquitetônicas e discursivas da cidade. O urbano é, nesse sentido, um texto em disputa. Nele se manifestam regularidades, deslocamentos e apagamentos que dizem de uma historicidade da exclusão – particularmente racial, de classe e territorial.

No caso da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, essa cartografia é marcada por profundas desigualdades que não se limitam à distribuição material dos recursos, mas atravessam os modos de nomear e significar os espaços. A oposição simbólica entre “centro” e “periferia”,

entre “Zona Sul” e “Baixada”, entre “história oficial” e “memória popular”, estrutura uma narrativa urbana que associa prestígio, valor e pertencimento aos territórios brancos e elitizados, ao passo que associa abandono, risco e carência aos territórios negros e populares.

O próprio mapa do estado opera como gesto ideológico. A Baixada Fluminense, por exemplo, é representada discursivamente como espaço à margem — ainda que geograficamente próxima ao centro da metrópole. Essa marginalização é produzida por uma série de discursos que a constroem como lugar da violência, da precariedade, do atraso. Mas essa construção não é neutra: ela está historicamente ligada à forma como a população negra foi empurrada para essas regiões a partir de processos de remoção, ausência de políticas de habitação e expulsão simbólica dos centros urbanos.

A análise discursiva revela que tais sentidos não são simplesmente *dados*, mas construídos por formações discursivas racializadas que operam em várias instâncias — da mídia à escola, do urbanismo às falas institucionais. Como aponta Orlandi (2007), o espaço é lugar de dizer, e o dizer sobre o espaço define o lugar. A Baixada não é vista apenas como longe: ela é construída como *fora do discurso*, fora do campo do que deve ser lembrado ou valorizado. Essa operação é um dos modos como a cidade atualiza a lógica colonial e escravocrata, deslocando os corpos negros para fora da visibilidade, da memória e do poder.

Por isso, mapear discursivamente o urbano é também um gesto de enfrentamento. É recusar a naturalização dos sentidos de exclusão e reinscrever outras histórias, outras formas de existência e resistência. A presença do quilombo Maria Conga em Magé — ignorada por décadas —

passa a ser, nessa cartografia, ponto de inflexão: lugar onde a memória interrompe o esquecimento, onde o discurso desloca o arquivo, onde o urbano deixa de ser apenas superfície e se torna território de disputa simbólica.

Assim, compreender o Rio como território de exclusões é também compreendê-lo como território de resistências discursivas. O mapeamento dos portos clandestinos, a reconstrução da trajetória de Maria Conga, a valorização das práticas pedagógicas e espirituais da comunidade quilombola — tudo isso constitui um gesto político de reinscrição dos sentidos. E a cartografia discursiva do urbano, ao tornar visível o que foi apagado, possibilita imaginar outras cidades possíveis, fundadas não na exclusão, mas na escuta daquilo que resiste a ser silenciado.

O PORTO DE MAGÉ, A BAÍA DE GUANABARA E OS SENTIDOS DA CLANDESTINIDADE

A Baía de Guanabara, muitas vezes representada como cenário idílico nos discursos turísticos e institucionais, guarda em suas margens narrativas subterrâneas de violência e exclusão. Entre os pontos que a margeiam, Magé emerge como território marcado por processos históricos de invisibilização — tanto físicos quanto simbólicos. A operação de um porto clandestino naquela região, durante o século XIX, não apenas driblava a legislação abolicionista, mas também reinscrevia práticas escravistas sob o véu do silenciamento. O desembarque de negros escravizados em Magé, mesmo após o fechamento oficial do Cais do Valongo, constitui-se como prática de negação do direito à liberdade e à visibilidade — práticas que deixaram marcas profundas na memória e nos discursos urbanos.

A clandestinidade, nesse contexto, não deve ser compreendida apenas como ausência de legalidade, mas como estratégia discursiva de apagamento. A invisibilização dos portos clandestinos revela uma operação ideológica que visa ocultar a continuidade do tráfico e da violência racial. Essa estratégia se inscreve no modo como a história oficial registra o fim da escravidão: como um processo gradual, civilizado, sem ruptura. A presença de portos como o de Magé desestabiliza essa narrativa e introduz fissuras em seu suposto consenso. O discurso que apaga a existência desses portos é o mesmo que constitui a história nacional como trajetória de conciliação, apagando os traços da resistência negra e das práticas contínuas de repressão.

Nesse cenário, a figura de **Maria Conga**⁶, desembarcada no porto de Magé, torna-se símbolo de uma memória submersa que resiste à clandestinidade. Sua trajetória espiritual e política, convertida hoje em marco do quilombo que leva seu nome e em monumento (no mesmo local que antes funcionava o porto de Magé), desestabiliza o discurso oficial e reinscreve sentidos outros para o território de Magé. Como sujeito histórico e discursivo, Maria Conga encarna uma memória que, apesar de silenciada, insiste em se fazer ouvir: nas festas religiosas, nas práticas pedagógicas, nas lutas pela titulação de terras quilombolas, nas narrativas locais.

⁶ Maria Conga foi uma figura histórica e religiosa, sendo uma líder quilombola no início do século XIX na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Ela é lembrada por sua resistência à escravidão e por ter sido uma princesa do Reino do Congo, sequestrada e trazida para o Brasil. Na Umbanda, religião de matriz africana criada e cultuada no Brasil – a partir das práticas dos escravizados – Maria Conga é venerada como uma falange de preta-velha, conhecida como Vovó Maria Conga, símbolo de ancestralidade, caridade e resistência espiritual.

Figura 1 – Busto de Vovó Maria Conga, no antigo Porto de Magé, às margens da Baía de Guanabara

Fonte: Prefeitura de Magé.



É importante destacar que essa resistência não é individual, mas coletiva e territorializada. A comunidade quilombola de Magé, herdeira dessa memória, transforma o território em espaço de reivindicação simbólica. A religiosidade de matriz africana, os saberes populares e as práticas pedagógicas exercem o papel de arquivos alternativos, que disputam o sentido da história e da cidade. Em um contexto de apagamento institucional, essas práticas discursivas se tornam estratégias de reinscrição e visibilidade — modos de fazer com que a clandestinidade se converta em memória viva.

A região da Baixada Fluminense, como um todo, carrega essa tensão entre silenciamento e resistência. Suas condições de produção estão marcadas pela distância do centro, pela precariedade dos serviços públicos, pela dificuldade de circulação — fatores que atualizam, sob novas formas, a lógica do isolamento imposta aos negros escravizados. A impossibilidade de acesso rápido e digno ao centro da cidade pelo transporte público, por exemplo,

não é apenas um dado técnico, mas uma prática discursiva que reinscreve a distância histórica entre o poder e os corpos racializados.

A Análise de Discurso nos permite compreender essa relação entre mobilidade e memória não apenas como uma metáfora, mas como um gesto concreto de inscrição dos sentidos. A clandestinidade do passado — materializada nos portos ilegais — se atualiza hoje na forma de políticas públicas que restringem o acesso, limitam o pertencimento e negam visibilidade. Nesse contexto, escutar a história do porto de Magé é escutar o presente da Baixada: um presente marcado por disputas simbólicas, invisibilizações persistentes e resistências cotidianas.

PRÁTICAS DISCURSIVAS E RESISTÊNCIA SIMBÓLICA: O QUILOMBO HOJE

A memória que resiste ao apagamento opera como prática discursiva. O que se cala no discurso oficial ressurge nas falas cotidianas, nos rituais, nas pedagogias do território. No caso do quilombo Maria Conga, em Magé, as práticas discursivas contemporâneas — espirituais, educativas, culturais — atualizam uma memória ferida, como descreve Regine Robin (2016), mas também mobilizam essa dor como recurso de luta, afirmação e pertencimento. A clandestinidade que outrora marcou o desembarque de Maria Conga hoje dá lugar à reivindicação simbólica de uma história própria, enunciada por sujeitos historicamente silenciados. O conceito de quilombismo como paradigma político e cultural é essencial para pensarmos nas práticas discursivas de resistências. O quilombismo, de acordo com Abdias do Nascimento (1980) lança reflexões sobre o genocídio simbólico

da população negra e a urgência de construir uma estética, uma ética e uma política de valorização da negritude.

A reativação da memória quilombola se dá por meio de múltiplas materialidades: a oralidade, a celebração de datas simbólicas, a musicalidade dos tambores, os ritos religiosos e as práticas educativas enraizadas na ancestralidade afro-brasileira. São práticas sociodiscursivas feitas por mãos negras que valorizam e retomam o protagonismo da negritude. Essas formas de dizer e fazer constituem o que a Análise de Discurso materialista reconhece como práticas discursivas: atos de significação situados nas condições históricas e ideológicas de seus sujeitos, nos quais se inscrevem interdiscursos, formações ideológicas e disputas de sentidos. Não são apenas ritos ou eventos culturais; são gestos de resistência semântica e política.

A atuação de lideranças como Ivone Bernardo⁷, responsável pela mobilização da memória de Maria Conga e pela luta pela titulação da comunidade, representa um desses gestos. Ao afirmar a existência do quilombo, ao nomeá-lo, ao inseri-lo no discurso público, rompe-se com o silenciamento que marcou o passado da região. A própria produção de documentos, dossiês, projetos de lei e eventos educativos que trazem à tona essa história constitui uma prática discursiva que desloca a Baixada do lugar de “sem história” para território de saber e ancestralidade. Isso desestabiliza a formação discursiva dominante que associa a periferia ao abandono, e reinscreve-a como locus de agência política e simbólica.

⁷ Ivone de Mattos Bernardo é uma líder quilombola e ativista na luta por direitos e reconhecimento dos territórios quilombolas, especialmente no município de Magé, no Rio de Janeiro. Ela é uma figura importante do Quilombo Maria Conga, um dos três quilombos certificados em Magé.

A escola, nesse cenário, assume papel central como espaço de circulação e disputa de sentidos. A Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, representa uma brecha institucional que permite a emergência dessas outras memórias. Porém, essa legislação só se efetiva quando ancorada em práticas pedagógicas comprometidas com a escuta e o reconhecimento das vozes negras, como demonstram projetos que buscam articular currículo, território e memória. Trabalhos desenvolvidos com estudantes de Magé, como os que partem da história de Maria Conga para discutir identidade, negritude e direitos territoriais, são exemplos concretos de como o discurso pode se transformar em prática emancipadora.

Essas ações não se dão sem confrontamentos. Os discursos religiosos hegemônicos, a negação da africanidade como matriz civilizatória, o racismo institucionalizado nas políticas públicas — tudo isso constitui obstáculos discursivos que tensionam a memória e buscam reinscrever o silêncio. Mas é exatamente nesses tensionamentos que se evidenciam os gestos de resistência. O corpo negro em performance ritual, a fala que reativa a história, o canto que narra o sofrimento ancestral: todos são materialidades do discurso que operam como *contra-memória*, que segundo Michel Foucault (1977) e Deleuze Guatarri (1995) é “a resistência de um indivíduo contra as versões oficiais da continuidade histórica.”

Desse modo, o quilombo Maria Conga se apresenta como um território discursivo em disputa. Não é apenas um espaço físico, mas uma cena de enunciação em que sujeitos historicamente desautorizados reivindicam o direito de dizer — e de serem ouvidos. Ao reconhecer essas práticas como discurso, a Análise de Discurso permite não apenas analisá-las, mas posicioná-las no campo mais amplo das lutas por memória, identidade e reconhecimento.

Afinal, a resistência negra não é apenas política — é também semântica, simbólica, discursiva.

DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS: DO CATIVEIRO À MOBILIDADE NEGADA

A escravidão não terminou com a assinatura de uma lei. Suas marcas persistem nos modos de circulação, de ocupação dos territórios e nas formas de invisibilização da presença negra no espaço urbano. Um dos operadores contemporâneos dessa permanência é o sistema de mobilidade urbana, especialmente no Rio de Janeiro e em sua região metropolitana. A precariedade do transporte público entre a Baixada Fluminense e o centro da capital é mais do que um problema de infraestrutura: é uma prática discursiva que reinscreve o isolamento histórico imposto aos corpos negros desde o período colonial.

Durante o século XIX, os portos clandestinos, como o de Magé, foram meios de deslocamento forçado de africanos escravizados, operando fora do alcance do poder institucional, mas com seu consentimento tácito. A clandestinidade não era apenas uma forma de burlar a lei, mas uma maneira de manter, à margem, aquilo que se desejava continuar explorando sem assumir publicamente. Essa lógica se reproduz, discursivamente, nas formas atuais de deslocamento: a população negra e periférica continua sendo forçada a longos trajetos, a estruturas precárias, à dependência de sistemas que a mantêm distante dos centros de poder, de lazer, de decisão.

A Análise de Discurso permite compreender que a mobilidade urbana é também um lugar de dizer. De acordo com Orlandi (2004, p. 63):

A cidade é organização, é injunção a trajetos, a vias a repartições, a programas, a traçados e a tratados. Do ponto de vista simbólico, entretanto, organização e desorganização se acompanham. Assim, pensando os sentidos da/na cidade, e precedendo a uma observação sustentada na análise de discurso, podemos ver como as relações sociais (urbanas) se significam na reprodução e a na ruptura, ganhando visibilidade através da emergência do que estou propondo chamar *falas desorganizadas*. (Orlandi, 2004, p. 63)

Ao pensarmos a injunção a trajetos, pensamos nos sentidos sobre a mobilidade urbana como o lugar de dizer, principalmente no contexto daqueles que vivem à margem na região da Baixada Fluminense. Os sentidos produzidos sobre “quem deve ir e vir” e “a quem pertence a cidade” estão inscritos nos discursos midiáticos, nas falas institucionais e nas decisões políticas. O tempo gasto por moradores da Baixada para chegar ao centro do Rio e seguir para seus compromissos — muitas vezes duas, três ou quatro horas diárias — não é apenas uma condição de vida, mas um efeito de sentido: o de que seus corpos não pertencem ao tempo veloz e eficiente das elites urbanas. São corpos deslocados não apenas geograficamente, mas discursivamente — corpos interditados, desautorizados, desacelerados.

Modesto (2021), nos lembra que os discursos racializados operam muitas vezes por omissão: não é necessário dizer que “a cidade não é para todos” — basta organizar seus fluxos, seus trens, suas tarifas e seus percursos de maneira a reiterar essa exclusão. A ausência de integração efetiva entre os modais, os valores abusivos das passagens, a negligência com a segurança e a manutenção dos transportes que servem à Baixada são práticas que operam sobre os sentidos de pertencimento. Ao impedir o acesso, também se impede o direito à cidade, à memória, à cidadania.

É nesse sentido que podemos falar de um encontro da memória com a atualidade, de acordo com Pêcheux (1990), a continuidade discursiva entre o cativeiro iniciado no Cais do Valongo – com a escravidão – e a mobilidade negada na atualidade. Se, no passado, o corpo negro era acorrentado, hoje ele é constrangido por outras formas de aprisionamento: o tempo exaustivo do deslocamento, o medo do trajeto, a impossibilidade de circular plenamente. A cidade é organizada para garantir que certos corpos permaneçam onde historicamente foram lançados: fora do centro, fora da visibilidade, fora do discurso dominante.

A cartografia discursiva do urbano, nesse contexto, permite mapear não apenas os espaços construídos, mas os sentidos que os atravessam. O mapa da Baixada não é neutro. Ele é resultado de práticas discursivas que reiteram a lógica da expulsão, do confinamento, da ausência. Mas é também nesse território que emergem gestos de resistência: movimentos de usuários do transporte, redes de cultura periférica, quilombos urbanos, coletivos que reivindicam a cidade como espaço de todos, pois o espaço é entendido através do seu uso como conjunto de valores (Santos, 2006), cuja função lhe é conferida, em diversos momentos, pela sociedade a cada pedaço da matéria, isto é, a cada fração da paisagem. Essas práticas rompem com o silêncio e reconstruem outras possibilidades de pertencimento.

Assim, o transporte deixa de ser apenas um problema técnico ou logístico. Ele se converte em materialidade do discurso, em gesto ideológico que atualiza o lugar da população negra na cidade. Reverter esse funcionamento implica não apenas reformar trilhos ou terminais, mas reconfigurar os sentidos que sustentam a segregação. É preciso ouvir a cidade

como arquivo da desigualdade — mas também como lugar onde ecoam, com força crescente, os gritos de quem se recusa a permanecer invisível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade não é apenas uma realidade material, mas uma formação simbólica em permanente disputa. Ao tomar como objeto discursivo os portos clandestinos, o silêncio em torno da escravidão com o fechamento do Cais do Valongo, o silenciamento do Porto de Magé na Baixada Fluminense, a figura de Maria Conga e os modos de circulação urbana contemporâneos, este artigo buscou produzir uma escuta atenta dos sentidos apagados, interditados e resistidos que atravessam o espaço urbano fluminense. A Análise de Discurso materialista, ao propor que a linguagem é atravessada pela ideologia e pela história, oferece as ferramentas teóricas e metodológicas para cartografar os efeitos de sentido inscritos nessas materialidades espaciais e discursivas.

A história do porto de Magé, ocultada por décadas nos registros oficiais, reemergue como testemunho de uma prática escravocrata clandestina que se manteve mesmo após as leis abolicionistas. Essa clandestinidade, longe de ser apenas um fato histórico, constitui-se como uma formação discursiva que opera até hoje: na invisibilização dos sujeitos negros da Baixada, na marginalização de suas memórias, e na organização espacial que impede sua plena mobilidade. A resistência quilombola e simbólica de Maria Conga e de sua comunidade atua, assim, como gesto de contra-memória, como prática discursiva que reinscreve sentidos no espaço urbano e rompe o silêncio imposto pelo discurso oficial.

A cartografia discursiva do urbano nos permitiu compreender a cidade como texto atravessado por ideologias, onde se inscrevem exclusões históricas

e tentativas de superação. A Baixada Fluminense, frequentemente vista como periferia sem história, revela-se como território denso de memórias, lutas e produções simbólicas. Reinscrever sua centralidade nos discursos sobre o Rio de Janeiro é uma forma de romper com a lógica colonial que ainda organiza o espaço urbano e seus sentidos.

O deslocamento físico dos corpos negros – do centro para a margem – operado desde o período escravocrata, atualiza-se hoje em deslocamentos simbólicos que mantêm esses sujeitos fora da cena discursiva dominante. A precariedade da mobilidade urbana é um dos modos como o racismo se materializa nas condições de vida da população da Baixada. Mas é também nesse território que emergem práticas discursivas potentes de resistência, memória e reivindicação.

Conclui-se que a tarefa do analista de discurso, diante desses processos, não é apenas a de nomear os silenciamentos, mas a de escutá-los. Escutar, aqui, é gesto político e epistemológico: é romper com a lógica do arquivo e do apagamento, é dar lugar ao interdiscurso que insiste em significar, mesmo quando interditado. Como nos ensinou Modesto (2021), uma escuta racializada é aquela que reconhece que os sentidos são produzidos sob condições ideológicas marcadas pela violência estrutural da racialização. Escutar a cidade, portanto, é escutar o que foi deslocado, clandestinizado, interditado – e, ao mesmo tempo, é dar lugar ao que resiste, insiste e reconstrói.

Que este artigo possa, assim, contribuir para a produção de outras cartografias: aquelas que não apenas descrevem o urbano, mas que intervêm em seus sentidos; que não apenas nomeiam a exclusão, mas que a confrontam com a potência da linguagem como espaço de reinvenção simbólica e política.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Tradução: José Horta Nunes. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2014.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Tradução: José Horta Nunes. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015. p. 21-30.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1995b). **O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**. Trad. Joana M. Varela e Manuel M. Carrilho. Lisboa: Assírio & Alvim

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 1987.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia e a história das ideias IN: **A Arqueologia do Saber**. 8^a edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2012.

FOUCAULT, M. (1977). **Language, counter-memory, practice: selected essays and interviews**. Edited by: D. F. Bouchard (Ed.), D. F. Bouchard, & S. Simon (Trans.). Ithaca, New York: Cornell University Press.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Tradução: Bethania Mariani, Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEREIRA, Aracy; FUNCK, Susana Bornéo (orgs.). **A leitura e a escrita como práticas discursivas**. Pelotas, RS: Educat, 2001. p. 27-42.

LUNA, Luiz. **O negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.

MACEDO, Sérgio Diogo Teixeira. **Crônica do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: histórias e práticas. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. In: **Revista da Abralin**, v. 20, n. 2, 2021, p. 01-19. Disponível em: <<https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i2.1851>>. Acesso em 15 abr. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: Documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. **Quilombo**: vida, problemas e aspirações do negro: Edição Facsimilar do Jornal dirigido por Abdias do Nascimento. São Paulo: Editora 34, 2003.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, n. 10, p. 7-28 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 23 jul. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1992.

ORLANDI, Eni Puccinelli. (org). **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1988 [1975].

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Pulcinelli. Orlandi. Campinas: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: ed. UNICAMP. 2009 [1975].

PÊCHEUX, Michel. **Análise do discurso**: Michel Pêcheux (textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi). Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1969] 2014. p.61-161.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: ensaio da poética do saber. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. 2. ed. Tradução: Raquel Ramalhete, Laís Eleonora Vilanova, Lígia Vassalo, Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Ed. 34, 2017.

RICOEUR. Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François *et al.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Tradução: Cristiane Dias, Graciely Costa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo : Brasiliense, 2009.

ROSA, Rodrigo Pereira da Silva. Entrevista com Carlos Henrique de Escobar Fagundes. **Revista Policromias**, v. 4, n. 1, p. 203-208, jun. 2019.

ROSA, R.P.S. Plurilinguismo e política linguística em território fluminense: proposta de uma cartografia discursiva. **Dissertação (Mestrado em Linguística)** – Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. 96 f.

ROSA, Rodrigo Pereira da Silva. Práticas discursivas na cidade: uma cartografia do urbano e percursos da/na história. **Tese (Doutorado)** – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade Letras - Programa de Pós-Graduação em Linguística. Rio de Janeiro, 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. **Discurso e imagem**: perspectivas de análise não verbal. **Ciberlegenda**, Niterói, RJ, n. 1 v. 1, jan. 1998.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **RUA**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 65–94, 2015.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Perspectivas da análise do (in) visível: a arquitetura discursiva do não verbal. **RUA**, Campinas, SP, v. 24, n. 1, jun. 2018.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de; ROSA, Rodrigo Pereira da Silva. Plurilinguismo e cartografia discursiva do estado do Rio de Janeiro. **RUA**, Campinas, SP, v. 27, n. 2, p. 201–222, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8667773>. Acesso em: 19 out. 2024.

Data de recebimento: 16/06/2025

Data de aprovação: 15/08/2025